

Especial
RETROSPECTIVA 2025

**ABI em movimento:
balanço de um ano
decisivo e o horizonte
de novas conquistas!**

Marcelo Lyra
Vice-presidente de Comunicação,
ESG e Relações Institucionais
da Acelen mapeia oportunidades,
desafios e caminhos
para uma transição energética
responsável e estratégica



Energia em transição

Enquanto as luzes tomam o Centro Histórico de Salvador,
a Bahia acende ideias para um futuro energético
mais justo e sustentável

ARTIGO | Nelson Cadena

A BAHIA É LÍDER NACIONAL EM INVESTIMENTOS. É O GOVERNO DO ESTADO DO LADO DO Povo BAIANO.



86 ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL NA CAPITAL E RMS



10 HOSPITAIS ESTADUAIS EM SALVADOR



MAIOR OBRA DE SANEAMENTO DA CAPITAL



129 ENCOSTAS RECUPERADAS NA CAPITAL



VEM AÍ:
VLT DA CAPITAL

A Bahia virou líder nacional em investimentos trabalhando para melhorar a vida das pessoas, inclusive aqui em Salvador e Região Metropolitana. Hoje, temos as Escolas de Tempo Integral mais modernas do país, grandes hospitais e policlínicas para cuidar das famílias, novas encostas, a maior obra de saneamento da história e o VLT da capital, uma obra gigante que segue avançando. E, com a parceria Bahia-Brasil, vai ter muito mais.

DO
LADO
DA
gente

GOVERNO DA
BAHIA

Palavra da Presidente

FOTO: JOSEANE GUEDES



Suely Temporal
Presidente da Associação
Bahiana de Imprensa

Encerrar um ciclo é sempre um gesto de balanço e, ao mesmo tempo, de preparação. É assim que apresento esta edição da Revista ABI: como uma síntese de um ano intenso, desafiador e profundamente transformador para o jornalismo, para o Brasil e, de maneira especial, para a nossa associação. Aqui, reunimos reflexões sobre o presente, registros do que marcou nosso percurso e sinais claros sobre os caminhos que seguiremos construindo juntos.

Um dos destaques desta edição é a conferência de Marcelo Lyra, vice-presidente de Comunicação, ESG e Relações Institucionais da Acelen, que traz uma leitura estratégica e necessária sobre transição energética, biocombustíveis e a redefinição das matrizes que moverão o futuro do país.

Essa é uma pauta que extrapola o debate técnico ou econômico, impacta decisões políticas, influencia modelos de desenvolvimento e exige da sociedade — e, portanto, do jornalismo — capacidade de compreensão, mediação e aprofundamento. O papel da imprensa na cobertura dessa agenda é determinante, pois traduz complexidades, contextualiza impactos e oferece ao público informação confiável sobre um tema que já se impõe como um dos eixos estruturantes do século XXI. Energia limpa também é responsabilidade social, e informar com rigor é parte fundamental dessa transição. Em artigo, Nelson Cadena discorre sobre a planta macaúba na história recente do Brasil, destacando a relação com a Bahia.

Esta edição também propõe um giro pelo ano que vivemos, revisitando momentos marcantes de 2025 para a nossa ABI. Ano em que elegemos uma nova diretoria com o propósito claro de, respeitando o passado, seguir na direção do futuro. Isso tem exigido preparo, serenidade e compromisso ético diante de um ambiente público cada vez mais ruidoso. No ambiente geral da imprensa, esse período reafirmou a importância da checagem, da pluralidade e do jornalismo profissional como antídoto contra a desinformação.

O giro inclui as edições da *Série Lunar*, que se tornaram espaços educativos e culturais de celebração e de encontro proporcionados pela música; nossa parceria com a Coalizão Marcha Zumbi-Dandara dos Palmares, no âmbito das ações do Mês da Consciência Negra, e outros momentos que reforçaram o papel da

ABI como guardião de histórias, memória e, ao mesmo tempo, promotora de novas conexões.

Em 2025, vivi uma honra que carrego com responsabilidade e afeto: assumir a presidência da Associação Bahiana de Imprensa e ser a primeira mulher a ocupar esse espaço em 95 anos de história. Esse marco não é apenas pessoal, mas simboliza uma abertura necessária, um avanço no reconhecimento da diversidade que marca nosso mercado e a presença cada vez mais ativa de mulheres, jornalistas negras, comunicadores de diferentes trajetórias e vozes que ampliam a representatividade do setor. Liderar a ABI nesse momento significa honrar quem veio antes, além de renovar compromissos, fortalecer nossas relações institucionais, integrar ainda mais a entidade às redações, às universidades, aos profissionais independentes, às organizações parceiras e aos novos modos de produzir informação.

Ao revisitar o ano, reconheço que cada passo dado pela ABI reafirmou nossa vocação histórica de ser ponte. Ponte entre gerações de jornalistas, ponte entre tradição e inovação, entre o que fomos e o que aspiramos ser. A agenda contemporânea, marcada pelas novas tecnologias, pelos desafios do futuro do trabalho, pela urgência da sustentabilidade e pela necessidade de inclusão coloca diante de nós novas responsabilidades. Como entidade, precisamos estar atentos aos movimentos do mundo, mas também aos movimentos internos do nosso setor, com seus desafios, suas mudanças, suas demandas por formação continuada, proteção, visibilidade e valorização.

Que esta edição seja, portanto, um registro e um ponto de partida. Um convite para refletirmos sobre o papel da imprensa frente às transformações globais, para reconhecermos as conquistas de um ano exigente e para acolhermos, com disposição e coragem, tudo o que ainda está por ser construído. Nossa trabalho continua. Nossa compromisso se renova. E nossa energia — essa que não se mede em barris ou megawatts, mas em ideias, ética e propósito — segue alimentando a missão maior do jornalismo.

Que venha o próximo ciclo. Seguimos juntos, firmes e atentos ao que realmente importa: informar com responsabilidade, atuar com independência e fortalecer a imprensa como pilar essencial da democracia.

Ciclo de Conferências

ABI 95+5

Para fechar o ano: a Bahia e a transição energética

Chegamos ao final de 2025, quando, no dia 17 de agosto, a Associação Bahiana de Imprensa completou 95 anos de atividades. Uma trajetória de lutas e conquistas, mas, sobretudo, de representatividade junto àqueles que exercem o jornalismo. Foi um período de intensa atividade na ABI, tendo os leitores de nossas publicações como colaboradores com participação ativa e frequente. Por isso, para presentear os leitores, construímos esta publicação, a 10ª edição da nossa Revista Memória da Imprensa. Nela, trazemos uma retrospectiva sobre os principais fatos ligados ao jornalismo e à ABI em 2025, além do conteúdo do sexto encontro do projeto Ciclo de Conferências ABI 95+5.

O Ciclo de Conferências ABI 95+5 apresentou, durante todo o ano de 2025, temas importantes para o debate público. No dia 8 de outubro, em sua edição de encerramento, as atenções se voltaram para o debate sobre A Bahia e a Transição Energética, em análise que parte da experiência da Acelen, empresa que opera a Refinaria Mataripe e desenvolve um ousado projeto de aproveitamento do óleo da planta macaúba para biocombustíveis. A conferência contou com a participação

de Marcelo Lyra, vice-presidente de Relações Institucionais, Comunicação e ESG da Acelen. Ainda sobre o tema, enriquece a edição o artigo do escritor e jornalista Nelson Cadena, que contextualiza a presença da macaúba na Bahia e as primeiras iniciativas de exploração comercial da planta.

As transcrições do sexto encontro do Ciclo de Conferências ABI 95+5 foram editadas, com mínimas intervenções, na busca pelo melhor entendimento do leitor. Depois disso, o conteúdo retornou para os conferencistas e participantes, que o revisaram para publicação.

O Ciclo de Conferências ABI 95+5 gerou outras cinco revistas durante o ano de 2025, todas construídas a partir de encontros temáticos realizados na sede da Associação Bahiana de Imprensa. Em seu número inaugural, discutiu o Patrimônio Histórico; na segunda edição, a Economia do Mar; na terceira, Racismo, Economia e Jornalismo; na quarta edição, Turismo, Comunicação e Desenvolvimento; na quinta, o tema foi Logística e Infraestrutura – Bahia e Brasil.

Agora é a vez de conhecer mais sobre A Bahia e a Transição Energética.

Boa leitura.



Sumário

EXPEDIENTE

Conselho Editorial da ABI

Suely Temporal, Yuri Almeida, Jacira Santos,
Luis Guilherme Pontes Tavares

Coordenação de Comunicação

Joseanne Guedes

Estagiário de Comunicação

Caio Valente, Catarina Gramosa

Edição e Coordenação Editorial

Edson Rodrigues

Projeto Gráfico

Bamboo Editora

Design Editorial

Henrique Brito

Foto da Capa

Fernando Barbosa

Revisão

Guido Guilherme Krieger

Impressão: GRASB

Tiragem: 1500 exemplares

Distribuição Grátis

Contato: ascom@abi-bahia.org.br

MEMÓRIA DA IMPRENSA é uma revista histórica trimestral da Associação Bahiana de Imprensa. As edições especiais em comemoração ao aniversário de 95 anos da entidade foram lançadas logo após cada um dos seis encontros do Círculo de Conferências ABI 95 + 5, realizado durante todo o ano de 2025. Os lançamentos das duas publicações da ABI intercalaram-se durante o ano, preenchendo o calendário e oferecendo ao leitor o aprofundamento em uma série de temas que compõem a agenda pública. As opiniões, dados, fatos e conceitos expressos pelos conferencistas e convidados são de sua responsabilidade exclusiva e não expressam a posição da revista e da Associação Bahiana de Imprensa.

Jornalistas convidados da sexta edição do **Círculo de Conferências ABI 95 + 5**, realizada no dia 8 de outubro de 2025, com o tema **A Bahia e a Transição Energética**: Alberto Oliveira, Armando Avena, Lenilde Pacheco, Luciano Barreto, Rebeca Menezes.

A ABI agradece aos fotógrafos cujos trabalhos integram esta edição: Benchekhou Zineb, Caio Valente, Cleber Sandes, Edgard de Souza, Eduardo Tito, Fábio Marconi, Fernando Barbosa, Joseanne Guedes, Marina Silva, Pablo Sousa, Paula Fróes e Valber Carvalho.

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Antônio Walter dos Santos Pinheiro
Vice-presidente: Luis Guilherme Pontes Tavares
Secretaria: Heloisa Sampayo
Suplentes: Biaggio Talento, Wilson Midlej

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Suely Temporal
1º vice-presidente: Raimundo Marinho
2º vice-presidente: Carmela Talento
1º secretária: Jacira Santos
2º secretário: Nelson Cadena
Diretor de Finanças: Henrique Filho
Vice-diretor de Finanças: Antônio Matos
Diretor de Defesa DI/DH: Paulo de Almeida Filho
Diretora de Cultura: Yara Vasku
Diretor Social: Nelson José de Carvalho
Diretora de Patrimônio: Sara Barnuevo
Diretor de Comunicação: Yuri Almeida
Suplentes: Fernando Duarte, Genilson Coutinho, Mariana Alcântara

CONSELHO CONSULTIVO

TITULARES
Emílio José
Levi Vasconcelos
Joaci Góes

SUPLENTES
Jovivaldo Freitas
Zuleica Andrade

CONSELHO FISCAL
TITULARES
Mariana Carneiro
Pedro Daltro
Walter Xéu

SUPLENTES
Eduardo Tito
Isabel Santos
Jefferson Beltrão

CONTATOS

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO:
71.98791-7988 - ascom@abi-bahia.org.br

SECRETARIA:

71.98426-1460 - secretaria@abi-bahia.org.br

ADMINISTRATIVO:

71.98425-9463 - administrativo@abi-bahia.org.br

ASSOCIAÇÃO BAHIANA DE IMPRENSA
Rua Guedes De Brito, nº 01,
Edf. Ranulfo Oliveira, 2º Andar,
Centro Histórico de Salvador - Bahia
CEP 40.020-260



FOTO: JOSEANNE GUEDES/ABI



Marcelo Lyra

"A macaúba tem a capacidade de produzir entre sete e dez vezes mais óleo vegetal do que a soja" 06

"A biorrefinaria será construída do lado da Refinaria de Mataripe" 11

"A transição energética precisa ser justa para todos" 13

"O Brasil é a Arábia Saudita da fotossíntese" 15

Debate

"Florestas de macaúba [...] são florestas de bioenergia" 17

Artigo

Nelson Cadena | O coco de catarro 24

Especial Retrospectiva ABI 2025

26



Foto: JOSEANE GUEDES/ABI

A macaúba tem a capacidade de produzir entre sete e dez vezes mais óleo vegetal do que a soja

MARCELO LYRA
Vice-presidente de Relações Institucionais, Comunicação e ESG da Acelen

A ideia aqui é tratar da transição energética, tendo a Acelen* como referência, um exemplo da Bahia, no qual também se evidenciam as oportunidades e o potencial do estado para, de fato, transformar-se em case competitivo nesse novo setor que tem perspectiva futura gigantesca.

Mas o estado [da Bahia] precisa se estruturar nessa direção. O setor novo de energia renovável não nasce naturalmente competitivo, mas vai criando e aumentando essa competitividade à medida que desenvolve tecnologia, tendo a inovação aliada ao processo, tudo para que os custos estejam sob controle e o preço que o mercado pague compense a diferença entre receita e custo. Isso é construído com o tempo e, às vezes, com políticas públicas.

A transição energética, aliás, tem uma política pública clara, aprovada no final do ano passado e sancionada pelo presidente Lula, que é a Lei Combustível do Futuro*, que cria mandatos para aqueles que serão nossos combustíveis do amanhã. Determina que, assim como temos no etanol há muitos anos, os outros combustíveis tenham uma parcela de renováveis em sua composição. O etanol, atualmente, representa uma parcela da gasolina que colocamos nos nossos carros. Então, gás tem uma parcela de biometano; o combustível de



A Acelen é uma empresa criada para fazer a gestão da Refinaria de Mataripe pós-privatização.

aviação, uma parcela de renováveis, que no caso é o SAF [Combustível Sustentável de Aviação]; o diesel já tem uma parcela de biodiesel que será aumentada; e vai ter uma parcela do "diesel verde", que é diferente do biodiesel.

Então, o estado vem sendo estimulado e está criando segmentos econômicos novos que precisam desse input, desse estímulo, para maturar [no mercado], fazendo com que a inovação torne esses setores, em opção futura, mais competitivos.

Quero fazer uma unificação aqui de conhecimentos sobre a chegada da Acelen à Bahia e a respeito da forma como ela aporta na refinaria, gerando esse movimento para a área de transição energética através da produção de biocombustíveis. Vamos nos deter um tanto sobre o conceito que está por trás disso. A Acelen é uma empresa que foi criada especificamente para fazer a gestão da Refinaria de Mataripe pós-privatização. Um dos fundos soberanos dos Emirados Árabes [Mubadala Capital] adquiriu, em 2021, a Refinaria de Mataripe, com base no processo do termo de ajuste do CADE [Conselho Administrativo de Defesa Econômica] com a Petrobras, que determinou que a empresa precisava vender 48% da sua capacidade de refino no Brasil. Isso para criar um setor de refino privado no país.

Com isso, a Petrobras, que tinha à época 15 refinarias, colocou à venda oito delas. Dessas, quatro fo-

ram negociadas: Mataripe foi vendida aqui na Bahia, a refinaria de Manaus; a Paraná Xisto, que é uma refinaria pequena no Paraná, e Clara Camarão, no Rio Grande do Norte. Dessas, Mataripe é de longe a maior delas. Todas as demais representam, cada uma, entre 10% e 15% da capacidade da Refinaria de Mataripe, que tem a capacidade de 300 mil barris/dia, o que a torna a segunda maior do país e a mais antiga. Havia, então, ali, um ativo que precisava de modernização, mas um ativo muito relevante, responsável por cerca de 14% do refino brasileiro.

Hoje, o refino privado no país, somando o que já existia antes da privatização com os números dessas quatro refinarias negociadas, representa cerca de 20% do mercado de combustíveis brasileiro: 60% na Petrobras, 20% no refino privado, e outros 20% de produtos importados. Isso em números redondos.

Isso colocado, o fundo [Mubadala Capital] entendeu essa oportunidade de refino privado no Brasil como uma chance de atuar no mercado energético do país com uma estratégia bem clara, que é a seguinte: colocar um pé na produção de combustíveis de alto carbono, criando tecnologia, conhecimento, gente qualificada, fluxo de caixa, capacidade de conexão com bons parceiros. Enfim, um macroambiente favorável para desenvolver um projeto que lhe permita acelerar e ser protagonista na transição energética brasileira.





FOTO: JOSEANE GUEDES/ABI

E assim foi feito. A aquisição da Refinaria de Mataripe foi concretizada e veio um período de transição no qual a refinaria foi gerida pela Petrobras, enquanto fomos criando os nossos sistemas. Eu brincava, lá atrás, dizendo o seguinte: a Acelen é uma startup de 70 anos. Isso porque a refinaria tinha 70 anos, mas, quando a ela chegamos, não havia sequer e-mail. A gente teve de criar todos os sistemas, políticas de relacionamento, enfim, tudo.

No momento em que a gente assume a refinaria, já inicia o projeto do acionista que é desenvolver essa estratégia de ser relevante no âmbito energético brasileiro. E foi concebido o projeto da Acelen Renováveis. Contratamos um grupo de profissionais qualificados que estudaram as alternativas de matéria-prima competitiva no Brasil e, a partir daí, foi dimensionado esse projeto que deveria ter relevância nacional e capacidade de ser enxergado pelo mundo como uma iniciativa referencial do setor.

E foi assim que chegamos à macaúba. Isso por conta do índice de produtividade da planta em relação às outras culturas energéticas, especialmente na produção de óleo vegetal por hectare.

O projeto foi para uma escala de produção de 1 bilhão de litros [por ano]."

Um dos fundos soberanos dos Emirados Árabes [Mubadala Capital] adquiriu, em 2021, a Refinaria de Mataripe."

Atualmente, a empresa que administra a Refinaria de Mataripe é a Acelen. Recentemente, a Petrobras tem negociado com o fundo a possibilidade de re-compra da refinaria ou de formação de uma parceria estratégica, com o objetivo de desenvolver projetos em refino e energia renovável na Bahia.

A macaúba é uma planta que, por hectare, tem a capacidade de produzir entre sete e dez vezes mais óleo vegetal do que a soja, por exemplo. Um potencial gigantesco de ser competitivo na produção de combustível renovável, e isso mesmo quando comparado com combustíveis fósseis. Por isso, a Acelen definiu a macaúba como cultura central do projeto. Com base nessa definição, começou-se a dimensionar o projeto.

O projeto foi para uma escala de produção de 1 bilhão de litros de SAF [Sustainable Aviation Fuel], que é o querosene de aviação renovável, e diesel verde, que é uma molécula igual à do diesel, diferente do biodiesel. Biodiesel é um aditivo que tem limite de combinação com o diesel, por não ser uma molécula exatamente igual à do diesel. O diesel verde, por sua vez, é exatamente a mesma molécula do diesel.

Então, se eu tirar o diesel de uma máquina e colocar nela o diesel verde, a máquina vai funcionar 100%. É o que a gente chama de solução drop-in, que aproveita toda a infraestrutura existente do país para produção e distribuição, sem a necessidade de investimentos adicionais. Eu tiro o diesel, coloco o diesel verde e continua tudo funcionando 100%. Então, a longo prazo, é uma solução que conversa bem com a cadeia produtiva atual.

No SAF é a mesma coisa. Trata-se de um querosene, a mesma molécula do querosene tradicional, então você vai acrescentando SAF ao querosene tradicional de aviação e, à medida que a produção mundial vai aumentando, aumenta-se o percentual do SAF no combustível atual.

O projeto de biocombustíveis da Acelen Renováveis vai produzir 1 bilhão de litros/ano de combustível sustentável de aviação (SAF) e diesel renovável (HVO). É um projeto grande. Para se ter uma ideia, processam-se 300 mil barris/dia de petróleo na Refinaria de Mataripe. Fazendo-se uma equivalência, esta fase do projeto, com investimentos de US\$ 3 bilhões, significa que vai se processar o equivalente a 20 mil barris de petróleo/dia. Ou seja, é grande, mas

é muito pouco, ainda, para a necessidade de uma transição energética mundial.

Sobre o aspecto positivo, as oportunidades vão começar a acontecer à medida que projetos como o da Acelen se mostrem competitivos.

* Rebatizada a partir de sua privatização, em 2021, como Refinaria de Mataripe, as instalações existem e funcionam desde 1950, inauguradas como Refinaria Nacional de Petróleo S/A, a primeira do setor a operar no Brasil. Com a criação da Petrobras, em 1953, a refinaria baiana foi incorporada à estatal e, em 1957, renomeada para Landulpho Alves, em homenagem ao engenheiro baiano que lutou pela causa do petróleo no país. Vendida ao fundo árabe Mubadala Capital no final de 2021 por cerca de US\$ 1,65 bilhão, passou a ser chamada de Mataripe, valorizando o nome do distrito onde está localizada, no município de São Francisco do Conde, a cerca de 60 km de Salvador.





FOTO: JOSEANE GUEDS/ABI

* A Lei nº 14.993/24, conhecida como Lei do Combustível do Futuro, criou os programas nacionais de diesel verde, de combustível sustentável para aviação e de biometano. Também permite aumentar a mistura de etanol e de biodiesel à gasolina e ao diesel, respectivamente. O objetivo da lei é substituir os combustíveis fósseis nos transportes terrestre, marítimo e aéreo por combustíveis sustentáveis. Para isso, dentre outras ações, promove a integração de políticas públicas relacionadas ao setor de transportes, como a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), o Programa de Mobilidade Verde (Mover) e o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos (Proconve).



FOTO: BENHÉRCIO ZINER/EMBRAPA

Essa tal de macaúba

- A macaúba (*Acrocomia aculeata*) é uma palmeira nativa do Brasil. Tem alta capacidade de produção de óleo vegetal;
- Também conhecida como coco-baboso, coco-de-espinho ou macajuba, pode chegar a até 15 metros de altura;
- Tem vida produtiva de até 40 anos e cresce principalmente em regiões de clima tropical, podendo prosperar em condições climáticas diversas devido à sua capacidade de adaptação;
- No Brasil, é possível encontrá-la em populações naturais com extensões variáveis, especialmente nos cerrados de Minas Gerais, mas sua distribuição abrange muitos estados, incluindo Bahia, Goiás, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, São Paulo, Roraima, Pará, Maranhão, Piauí e Ceará;
- Adaptável, pode contribuir para a reconstrução de solos degradados e seu cultivo é viável em consórcio com outras plantas e pastagem;
- O biocombustível feito com macaúba tem potencial de reduzir em até 80% as emissões de CO₂ em comparação com combustíveis fósseis, além dos ganhos com o sequestro de carbono.



FOTO: DIVULGAÇÃO ACLEN

A biorrefinaria será construída do lado da Refinaria de Mataripe

Bom, 20 mil barris/dia, 1 bilhão de litros/ano [de óleo vegetal], é, numa cadeia produtiva, diferente da cadeia extrativista, que é a do petróleo. Petróleo é, como diz um amigo meu, uma fotossíntese ancestral que ocorreu há milhões de anos e o conteúdo dela ficou lá embaixo, o carbono, que virou energia. À medida que a gente o puxa lá de baixo, joga para uma máquina que opera isso e emite o CO₂. Então, esse CO₂ capturado há milhões de anos está sendo devolvido à natureza agora. Na essência é isso. Biocombustível é uma fotossíntese recente: a gente captura o CO₂ que está na atmosfera, processa-o e vai devolvê-lo de alguma forma, quando ele se torna um combustível de volta. Naturalmente, esse é um processo mais caro. Porque o custo daquela fotossíntese ancestral [petróleo] não está no processo; já o custo da fotossíntese recente [biocombustível] está no processo. Então, existe essa característica clara.

Precisamos de terra para produzir esse 1 bilhão de litros de óleo vegetal. A estimativa é de que vamos usar 180 mil hectares, que já estão sendo adquiridos. Uma área que, para estar alinhada à transição energética adequada, precisa ser em terras de pastagens degradadas.

Isso conversa com as certificações de que esse combustível produzido aqui vai precisar para acessar mercados internacionais. O projeto foi concebido 100% para exportação, [o produto] vai para o mercado europeu e para a Califórnia [Estados Unidos]. Cada um desses mercados tem certificações específicas. Precisamos produzir nas condições agrícolas que esses mercados aceitam, que envolvem questões ambientais e sociais. E questões naturalmente de geração de riqueza, que também são importantes. Estamos configurando os sistemas produtivos em produção em larga escala, feitos pela própria Acelen, e produção em pequenas propriedades de agricultura familiar. Nossa projeto concebe mais ou menos 20% da produção vinda de pequenos produtores.



FOTO: DIVULGAÇÃO ACelen

Precisamos de terra para produzir esse 1 bilhão de litros de óleo vegetal. A estimativa é de que vamos usar 180 mil hectares, que já estão sendo adquiridos.”

E vale aqui vale ressaltar o seguinte: não é filantropia, é análise econômica. A macaúba é uma palmeira, [sua produção] tem uma característica de fruticultura. Cultivar em pequenas propriedades, muito provavelmente, se a gente tiver bons produtores, bons agricultores do lado de lá, teremos índices de produtividade semelhantes aos que a gente faz em grande escala, ou até maiores. Então, é uma oportunidade social interessante, sem dúvida nenhuma, mas é uma oportunidade econômica também, tanto para a Acelen quanto para os produtores.

Estimamos que vai representar, na Bahia, [um acréscimo] de quatro a sete vezes a renda atual dessa família que tem uma área de dez hectares e que exerce lá alguma outra atividade. A gente vai agregar [aproximadamente] cinco vezes, sendo conservador, [valor] à renda dessa família. Ou seja, é uma transformação social. O agricultor ganhava R\$ 1.500, vai botar mais cinco ou seis mil para dentro de casa todo mês. Esse programa já está concebido e assinamos o primeiro contrato, dia 26 de agosto, em Montes Claros [Minas Gerais], com a primeira agricultora familiar, representando o poder das mulheres.

Costumo dizer que esse projeto é ESG* na veia, porque as questões ambientais são da própria natureza do projeto: produção agrícola sustentável, produzindo biocombustível, e com esse componente social muito importante que muda o IDH dos municípios. Os 180 mil hectares serão cultivados basicamente na Bahia e no Norte de Minas, distribuídos em quatro ou cinco clusters, cada um com uma esmagadora, que é uma pequena unidade industrial para entre 30 e 50 mil hectares de produção. Coleta, recebe os

frutos da macaúba, esmaga esses frutos, retira o óleo que segue para a biorrefinaria que será construída do lado da Refinaria de Mataripe, em São Francisco do Conde.

Estamos em fase de concorrência das empresas de engenharia e a implantação da biorrefinaria começa no início do próximo ano, com conclusão até o final de 2027. Portanto, no início de 2028 teremos produção à plena carga dessa biorrefinaria de 1 bilhão de litros de biocombustível, seja SAF (Sustainable Aviation Fuel), combustível sustentável de aviação, seja diesel verde. A gente pode produzir qualquer coisa no meio do caminho desse 100% SAF, 100% diesel verde.

A biorrefinaria fica pronta para operar à plena carga em 2028 e a macaúba é uma árvore que tem seu ciclo como, por exemplo, o cacau. Então, da mesma forma, demora de três a quatro anos para começar a produzir. A macaúba tem um ciclo longo e para a produção acontecer nesses 180 mil hectares vai levar entre oito e dez anos. Será quando a biorrefinaria terá 100% da sua matéria-prima de macaúba. Até lá não dá para deixar parado esse ativo de US\$ 1 bilhão que é a biorrefinaria. Então, já a partir de 2028, ela começa a processar outros óleos. E vale qualquer óleo. Óleo de soja, óleo de cozinha usado, resíduos de frigoríficos, gordura animal, outras variedades de plantas que tenham ciclo mais curto e contenham óleo.

Então, há uma dinâmica também, considerando a parte social novamente, para se montar uma infraestrutura logística para coleta desses materiais que serão fontes de fornecimento de bioenergia. É um projeto grande que tem muitas variáveis no negócio. (M.L.)

O projeto foi concebido 100% para exportação, [o produto] vai para o mercado europeu e para a Califórnia [Estados Unidos].”



ESG (Environmental, Social and Governance), sigla em inglês para Ambiental, Social e Governança.



FOTO: DIVULGAÇÃO ACELEN

A transição energética precisa ser justa para todos

Amacaúba é uma árvore pouquíssimo domesticada, tem 40 anos, no máximo, de estudo no Brasil. A cana, outra fonte de biocombustíveis no Brasil, é conhecida por nós há 500, 600 anos. E, mesmo assim, ainda temos questões relevantes sobre [estudos da] cana. Então, 30, 40 anos de estudo é pouco.

Temos três desafios para a evolução genética da planta macaúba: o primeiro é diminuir o tamanho da palmeira, fazer uma macaúba de porte menor, como foi feito com o coco-anão; o segundo é aumentar a produtividade de óleo por fruto, selecionando na natureza variedades que produzem mais óleo; e terceiro, melhorar a precocidade, fazendo com que a planta que produz a partir de três anos e meio passe a fazê-lo com dois anos e meio, talvez dois. Então, temos um trabalho científico a fazer e estimamos gastar para isso entre US\$ 1 bilhão e US\$ 1,5 bilhão em um ciclo de dez anos. Serão investimentos em ciência e tecnologia para genética da planta e melhoramento no processo industrial.

Para isso, foi criado um centro tecnológico no Norte de Minas Gerais, o Acelen Agripark — Centro de Inovação Tecnológica Agroindustrial —, que já teve investimento implantado de US\$ 314 milhões, dos quais US\$ 250 milhões com apoio do BNDES para programas focados em transição energética. Isso representa um ponto importante sobre a presença do Estado no estímulo à transição energética. Esse parque foi inaugurado no último 29 de agosto, com as presenças do presidente Lula, do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e do secretário de Desenvolvimento Econômico da Bahia, Angelo Almeida. Foi um evento importante para o setor de biocombustíveis e para a transição energética brasileira, porque ali, simbolicamente, inaugurou-se a criação de uma nova commodity agrícola brasileira, um ciclo muito promissor que é o da produção de biocombustíveis no Brasil. O Acelen Agripark é o maior e mais moderno centro de tecnologia e inovação do mundo dedicado à macaúba.

Temos um trabalho científico a fazer e estimamos gastar para isso entre US\$ 1 bilhão e US\$ 1,5 bilhão em um ciclo de dez anos.”

Porque precisamos plantar 180 mil hectares de macaúba em um espaço de tempo curto. Essa é uma das necessidades do Centro de Inovação Tecnológica Agroindustrial. Precisamos produzir dez milhões de mudas por ano, porque a gente tem de fazer o plantio em 20, 30 mil hectares/ano. Então, vem a tecnologia. A [semente da] macaúba tem uma casca muito dura e, na natureza, o índice de germinação dela é de 3% apenas. No entanto, a Embrapa tem um estudo, usando 30 anos de experiências com a planta, que identifica um ponto específico da semente em que, sendo o lugar do corte, aumenta-se a possibilidade de germinação para índices superiores a 80%. E como fazer esse corte? Não será com um estilete, uma pessoa operando. Vamos criar um robô para fazer isso. Um software faz a leitura da semente através de imagens, um robô pega a semente e a coloca em posição correta e vem um laser que auxilia para que uma ferramenta de corte faça o trabalho, com precisão milimétrica. A semente já sai preparada para o processo de plantio e construção da muda.

É um processo patenteado pela Acelen e já é um fruto desses estudos. As duas primeiras fazendas operando com o plantio dessas mudas estão na Bahia, em Cachoeira. Lá ocorrerão os testes dos modelos produtivos de larga escala e de pequena escala, esse último com os pequenos produtores. O primeiro plantio já foi feito, agora espera-se um período para realizar o segundo plantio na época correta, e assim por diante. Em Mucugê, temos um viveiro com cerca de três milhões de mudas prontas. Esse viveiro, inicialmente, era de produção de mudas e agora é de acabamento, no qual a muda vai sendo adaptada para ir para o campo.

O projeto aposta no fortalecimento dos pequenos e médios produtores e da agricultura familiar. O objetivo é chegar a pelo menos 20% do plantio e fornecimento de matéria-prima com os parceiros agricultores. Vamos oferecer tecnologia, informação e a parceria necessária para um plantio consorciado que gerará lucros mais cedo para todos. Afinal, a transição energética precisa ser justa para todos. (M.L.)

“O objetivo é chegar a pelo menos 20% do plantio e fornecimento de matéria-prima com os parceiros agricultores.”



FOTO: DIVULGAÇÃO ACELEN



FOTO: DIVULGAÇÃO ACELÉN



O Brasil é a Arábia Saudita da fotossíntese

Esse é um setor completamente novo. Produzir biocombustível no Brasil não é novo, porque a gente tem metanol há muito tempo. Mas a macaúba é uma novidade. O potencial de biocombustíveis no mundo tem crescido muito e com isso ganha força uma questão regulatória global: onde é que se pode plantar variedades energéticas sem que isso represente risco à segurança alimentar do mundo. Essa é uma discussão bem europeia, pois lá há um conceito de *food versus fuel*, ou seja, comida versus combustível.

Para a realidade brasileira, não é bem assim, pois temos 180 milhões de hectares de terras degradadas. E, às vezes, produzir *biofuels*, que é a proteína vegetal, é possível de forma a integrar uma cadeia produtiva que também conte com a geração de proteína animal. Vou dar alguns exemplos.

Quando a gente produz soja, retira o óleo da soja para fazer biodiesel, sobra, por exemplo, o farelo de soja, que é uma proteína riquíssima. Nesse caso, são 48% de proteína, que pode ser usada na alimentação de bovinos para engordá-los; reforçando, portanto, a cadeia alimentar animal. Quando a gente produz etanol de milho, há um coproduto chamado DDG [*Dried Distillers Grains*] ou DDGS [*Dried Distillers Grains with Solubles*], farelo com mais de 40% de proteína que também pode ajudar na cadeia de proteína animal.

Sobre a macaúba, a gente brinca que ela é igual a boi: aproveita-se tudo. Um dos resíduos da macaúba é um farelo riquíssimo em proteína, e há ainda outros resíduos importantes. Ou seja, potencialmente, no Brasil, produzir mais biocombustível significa gerar uma abundância de proteína vegetal que pode ser usada numa



FOTO: DIVULGAÇÃO ACELEN

Sobre a macaúba, a gente brinca que ela é igual a boi: aproveita-se tudo.”

cadeia de proteína animal, fazendo com que o país seja mais competitivo ainda na produção e venda de carne para o mundo, seja ela de bovino, suíno, da avicultura ou o que quer que seja.

Essa é uma discussão que importa muito para o Brasil, mas, atualmente, é protagonizada pelos europeus. É preciso ter o Brasil como um contraponto, mostrando que temos terra e aqui produzir biofuels não compete com foods. Ao contrário, a produção de biodiesel, no Brasil, melhora a competitividade da cadeia alimentar de nossa proteína animal, setor no qual o país também é muito forte. Temos de mudar a narrativa de fuels versus foods para fuels for foods. Tudo isso envolve outras questões importantes, como a definição do que é terra degradada. Sobre isso, a Europa tem uma definição diferente da brasileira e a Califórnia [EUA] também tem uma outra definição. E quando isso acontece, surgem barreiras para que o produto brasileiro atinja o mercado internacional. Barreiras que não são financeiras, não são econômicas, mas são ambientais. Temos de lidar com isso nesse novo setor.

Costumo dizer que o Brasil é a Arábia Saudita da fotossíntese. Temos a capacidade de produzir o combustível mais competitivo no mundo. Além das questões da Lei do Combustível do Futuro [Lei nº 14.993/24], além do PATEN [Programa de Aceleração da Transição Energética], temos o mercado de carbono, que é outro fator importantíssimo para o país. O mercado de carbono tem o potencial de criar um setor de US\$ 50 bilhões/ano no Brasil, fazendo

Temos de mudar a narrativa de fuels versus foods para fuels for foods.”

com que a nossa abundância de captura de seqüestro de carbono se transforme em moeda líquida para oferecer aos países que não têm essa capacidade, possibilitando que eles atinjam suas metas nessa área, atinjam sua NDC [Contribuição Naturalmente Determinada]. Não sou eu quem está dando esse número dos US\$ 50 bilhões, são dados da McKinsey [a McKinsey & Company, fundada em 1926, aconselha empresas, governos e outras organizações em consultoria estratégica]. É uma oportunidade gigantesca.

[...] o governador Jerônimo Rodrigues sancionou [...] uma nova lei [...]. Ela cria um arcabouço jurídico, regulatório e fundiário para que a transição energética e a produção de energia limpa, na Bahia, tenham uma competitividade adicional.”

O governador Jerônimo Rodrigues sancionou, em abril, uma nova lei batizada de PROTENER [Política de Transição Energética do Estado da Bahia, Lei nº 25.437/2024]. Ela cria um arcabouço jurídico, regulatório e fundiário para que a transição energética e a produção de energia limpa, na Bahia, tenham uma competitividade adicional, seja na produção de biocombustíveis, seja na produção de energia solar, eólica etc. Essa lei hoje está em regulamentação. Encerro com esses marcos regulatórios porque acho que vale a pena termos essa unidade maior, um entendimento maior com esse conjunto de leis que faz com que a Bahia se mostre como um destino muito relevante para esses investimentos em transição energética, em especial em biocombustíveis, no Brasil. (M.L.)



Foto: DIVULGAÇÃO ACELEN

Florestas de macaúba [...] são florestas de bioenergia

Sobre impactos ambientais dessa transição, a Acelen já tem uma dimensão disso?

Vou me arriscar a dizer que são positivos. Porque esse projeto será implantado 100% em terras degradadas, em pastagens degradadas. Portanto, o projeto irá recopor áreas degradadas com florestas de macaúba. Eu brinco que são florestas de bioenergia. Teremos impactos positivos na fauna e, aliás, já se começa a perceber isso nas primeiras plantações que estão sendo cultivadas, e na flora, porque entre as plantações, muito provavelmente, haverá um conjunto de leguminosas, de variedades nativas, que irão crescer ali, ajudando a criar um ambiente favorável.

Ainda sobre isso, o projeto da Acelen considera recursos financeiros com o crédito de carbono gerado pelo processo produtivo, desde o plantio até a entrega do biocombustível, que é 80% menos emissor [de poluentes] que o combustível fóssil. São todos números muito significativos no contexto ambiental. Eu diria que a natureza, a essência da transição energética, é a redução de impacto ambiental, muito fo-

cada nas emissões de carbono. E há outras questões que é preciso observar. Toda a opção de transição energética para energia renovável considera que é necessário transitar do mundo de combustível de carbono para o de pós-carbono. Então, a essência da energia solar, da energia eólica, da produção de biodiesel, diesel verde, metanol como combustível de navegação, SAF, seja biocombustível, seja energia elétrica, seja térmica, seja de outra natureza, é transistarmos para um ambiente melhor do ponto de vista ambiental.

O produto é retirado da macaúba de que forma?

Do fruto. Há uma tecnologia chamada HEFA, uma desidrogenação do óleo vegetal cujas moléculas são rearrumadas de forma a ficarem organizadas da mesma maneira que as do diesel fóssil. Uma molécula igual que pode ser tirada do óleo da macaúba, do dendê, do UCO, do óleo de cozinha. Você pode fazer isso com várias origens de óleo vegetal e resíduo.



Pode-se usar como combustível para veículos

Sim. E alternar também. Por exemplo: posso tirar o diesel convencional e colocar o diesel verde, que, no caso, é a mesma molécula. A única coisa que diferencia a molécula do diesel fóssil da molécula do diesel verde é o teste do carbono 14, que identifica a idade do carbono. Nesse teste, no diesel verde, será identificado um carbono de, por exemplo, três meses, e, no teste do diesel fóssil, o carbono terá milhares de anos.

Entretanto, essa troca não será de uma só vez. O que a Lei do Combustível do Futuro preconiza para o Brasil é uma inserção, assim como se tem o etanol na gasolina. Hoje, tem-se biodiesel no diesel na proporção de 15%, saiu de 10% para 15%. Segundo a Lei do Combustível do Futuro [essa inserção], vai poder chegar a 22%, 23%. No caso do diesel verde, vai começar com um 1% no ano que vem e vai atingir 3%. O diesel brasileiro vai ter um pouquinho de biodiesel [...] e um pouquinho de diesel verde, que é o mesmo diesel, só que de origem renovável. No SAF, que é o combustível de querosene de aviação, [a inserção] vai começar com 1% no ano que vem e vai a 10%, com aumento de 1% ano após ano. No gás natural,

A única coisa que diferencia a molécula do diesel fóssil da molécula do diesel verde é o teste do carbono 14, que identifica a idade do carbono. Nesse teste, no diesel verde, será identificado um carbono de, por exemplo, três meses, e, no teste do diesel fóssil, o carbono terá milhares de anos.”

conhecido nas casas como gás de cozinha, esse percentual começa com 1% e chega a 10% ao longo de dez anos. Então, é um processo.

Não existe transição energética sem segurança energética. Uma transição energética sem segurança energética não é o que o Governo Federal chama de transição justa. É preciso ter muito cuidado ao fazer a transição energética, garantindo que todo mundo vai ter seu suprimento de energia a custos razoáveis na sua casa. É uma discussão interessante, porque se quis acelerar muito a transição energética no mundo e tivemos, há uns dois anos, um freio de arrumação. Vamos devagar porque precisamos garantir que todos tenham acesso à energia e que essa energia não gere uma inflação adicional.

Em quais países essa tecnologia já está sendo empregada?

A tecnologia da macaúba [não existe] em nenhum outro país: o Brasil é o primeiro. A produção de biodiesel, essa já existe em vários países. diesel verde também já existe, em algum nível de produção no mundo, por meio de outras matérias-primas. Com a tecnologia HEFA, a transformação de óleos vegetais em diesel e em SAF, o que vamos fazer é melhorar um pouco o processo para produzir mais e, talvez, incluir algo de processo enzimático, além do processo térmico, para chegar ao diesel verde e ao SAF.

No nosso projeto pode fazer as duas coisas [diesel verde e SAF], no entanto, originalmente, temos visto mais mercado no SAF. E isso por quê? Porque a indústria aeronáutica, a aviação do mundo, não tem muita alternativa. Você não vai conseguir voar em avião elétrico, por enquanto. Vai um tempo grande aí ainda para existir um avião elétrico, uma bateria viável e confiável. Então, a aviação entende, quase por unanimidade, que a transição energética no setor ocorrerá a partir do SAF, do biocombustível. Existe, sobre isso, uma normatização global chamada CORSIA [sigla em inglês para Carbon Offsetting and Reduction Scheme for International Aviation], que rege, no mundo, a produção do SAF: como deve ocorrer, em que áreas, com que cultura — lembrem-se que tudo isso deve ocorrer em uma cultura de não geração de competição com os alimentos —, em que volumes essa produção será inserida no querosene atual etc. Então, além da lei brasileira [Lei do Combustível do Futuro], no mundo, através da regulamentação do setor da aviação, também há percentuais definidos que vão ser obrigatórios.

[...] No nosso projeto pode fazer as duas coisas [diesel verde e SAF — Combustível Sustentável de Aviação]:

Qual a situação do Brasil nesse cenário de produção de biocombustíveis?

Na Europa, as produções de diesel e SAF ainda têm volumes pequenos e muito caros. O que eu acho é que a gente vai ter, no Brasil, a capacidade de produzir no menor custo do mundo. E não é só o projeto da Acelen que fará isso: acho que as condições brasileiras do agronegócio e integração desse agronegócio com a agroindústria vão permitir isso. É lógico que precisamos que as leis ajudem e que a capacidade do Brasil de defender seus pontos de vista em relação às terras degradadas, em relação ao mercado de crédito de carbono, seja forte. O Brasil precisa ser mais influente nesse setor econômico. Nesse setor [biocombustíveis], o Brasil, na minha opinião, tem de se sentar na janelinha, tem de ser protagonista. E acho que a imprensa tem um trabalho importante em cobrar isso.



FOTO: DIVULGAÇÃO ACLEN

A inovação necessariamente passa pela formação de profissionais. Há um projeto de parcerias com universidades e centros de pesquisa?

Hoje, temos parceria com o Senai/Cimatec, especificamente sobre a parte de genética da macaúba. Temos interesse em entidades de ciência e pesquisa pelo mundo, como UC Davis [The University of California], Embrapa, Unicamp, Universidade de Viçosa, entre outras. Temos um macroambiente de inovação colaborativa já formado e com muita gente, empresas, startups. Por exemplo, acabamos de assinar um MOU [Memorando de Entendimentos] com uma startup de arquitetura de enzima, uma empresa britânica, na busca pela criação de uma enzima, por meio da inteligência artificial, que interceda favoravelmente no processo de transição do óleo vegetal para o biocombustível: que o processo seja mais eficiente, que se consiga fazer isso a temperaturas mais baixas, portanto, com custo energético menor etc. Isso deve estar pronto daqui a dez, quinze anos. E há os processos que desenvolvemos em nosso Acelen Agripark — Centro de Inovação Tecnológica Agroindustrial —, em Montes Claros (MG).

Podemos ter uma ciência desenvolvida na Bahia mais presente. O Cimatec é um exemplo para o Bra-

sil, um negócio que dá um orgulho danado: já é uma universidade. O Cimatec, hoje, só em vendas de projetos de inovação, em vários campos, faz girar em torno de R\$ 700 milhões. Eles têm uma capacidade de entrega muito boa. Então, a gente tem conversado: às vezes, dá certo; às vezes, não. No entanto, já temos projeto rodando com eles.

Quais oportunidades a transição energética traz para novos negócios no Brasil?

Fiz comentários sobre a startup britânica, temos, entretanto, grandes oportunidades para empresas brasileiras. Temos algumas startups envolvidas nesse processo e há espaço para criar. Eu fui da Braskem e lá atrás a gente criou um projeto chamado Braskem Labs, organizando a inovação colaborativa de uma forma estruturada. Àquela época, capturamos boas ideias lá. E penso que dá para fazer alguma coisa parecida na Acelen, porém a gente ainda não tem a maturidade suficiente para dar esse segundo passo. O primeiro passo aqui é resolver o projeto, deixar o projeto rodando. Depois, vai haver espaço para se capturarem outras inovações, sem dúvida. É o próximo passo.



FOTO: DIVULGAÇÃO ACELEN



FOTO: SEAGRI

Sobre parcerias com propriedades da agricultura familiar, já se tem uma dimensão de quantas propriedades podem ser parceiras e a partir de qual tempo?

Supondo que teremos 180 mil hectares de terra, dos quais 20% serão constituídos por propriedades de pequenos agricultores, temos 36 mil hectares dedicados a essas parcerias. Lembrando que pequeno agricultor, por definição, é aquele que possui até 50 hectares de terra. Para esse agricultor, teremos financiamento, acompanhamento de campo, disponibilidade de tecnologia e contrato de compra [da produção] de longo prazo.

Sobre o financiamento junto à instituição financeira, o próprio contrato de compra [da produção] que criei, realizado com o agricultor, garante a estrutura de financiamento. Nos três primeiros anos, enquanto o agricultor não tiver produção, receberá um pró-labore para ajudar em sua manutenção. É uma receita que depois é descontada no financiamento, lá na frente. E quando vem a produção, há o compromisso firme de compra de toda macaúba que foi plantada nesses 36 mil hectares.

Quantos agricultores parceiros serão envolvidos nesse processo, ainda não dá para responder exatamente, porque vai depender muito do tamanho de cada propriedade. Estimamos que a média será de dez hectares por módulo e nessa conta seriam 3.600 famílias de agricultores integradas. As propriedades

Estamos falando de US\$ 15 bilhões em investimento na produção de biocombustível no Brasil [...]. Inicialmente, nesse primeiro módulo, são cerca de US\$ 3 bilhões aplicados para 180 mil hectares."

podem ser maiores e, se a média for de 20 hectares, teremos 1.800 famílias de agricultores parceiros. Para o fundo investidor, essa é uma parte importante do projeto. Pois é aqui que vamos construir um modelo de negócio que, depois de estar funcionando e tiver suas adequações necessárias, será replicado em outros quatro módulos desses. Com todos os módulos funcionando, estamos falando de 1 milhão de hectares, isso lá na frente, talvez eu nem esteja aqui para ver. Tudo isso demora um certo tempo. Imaginando que cada módulo será iniciado individualmente, teremos o primeiro e, funcionando bem, vamos replicar [as soluções] no segundo, no terceiro, e podemos seguir simultaneamente com os motores funcionando.

Estamos falando de US\$ 15 bilhões em investimento na produção de biocombustível no Brasil, e é lógico que para tal montante a aplicação [dos recursos] se dá a longo prazo. Inicialmente, nesse primeiro módulo, são cerca de US\$ 3 bilhões aplicados em 180 mil hectares. Isso a gente está começando a entregar.

Quais os paralelos possíveis de serem feitos entre os preços do combustível fóssil e o combustível verde?

Dá para falar sobre isso partindo do nosso projeto. Existem duas tecnologias que são as mais competitivas do mundo para se fazerem biocombustíveis: a HEFA transforma óleo vegetal em SAF e em diesel; a outra tecnologia, chamada Etanol To Jets, um pouco mais cara, transforma etanol em querosene de aviação. Com outras tecnologias [o custo] vai aumentando ainda mais, vai ficando mais caro. O custo de produzir o SAF, na nossa tecnologia e com a macaúba, quando houver a macaúba como matéria-prima, vai estar muito próximo ao custo de produzir querosene de aviação fóssil. Vai demorar alguns anos para a gente ter 100% da produção [de macaúba].

Quando a biorrefinaria começar a rodar, lembro

que será com óleo de cozinha usado (UCO) e com óleo de soja, gordura vegetal, gordura animal. Essa combinação é um custo mais caro de matéria-prima. Quando a biorrefinaria estiver rodando com a macaúba, os custos serão muito competitivos [com os do combustível fóssil].

O preço do SAF no mercado internacional, atualmente, oscila entre três e cinco vezes a mais que o preço do querosene de aviação fóssil. Mas há externalidades ambientais que atuam nesses valores e elas conseguem ser, nesse modelo global, quantificadas. Há uma série de estímulos para o combustível verde. Então, se você não pune o fóssil por produzir com emissão de carbono, por outro lado, você tem de beneficiar quem produz e não emite carbono. E essa externalidade, hoje, já está em um modelo que aponta para um custo do SAF de três a cinco vezes o preço final do combustível fóssil.

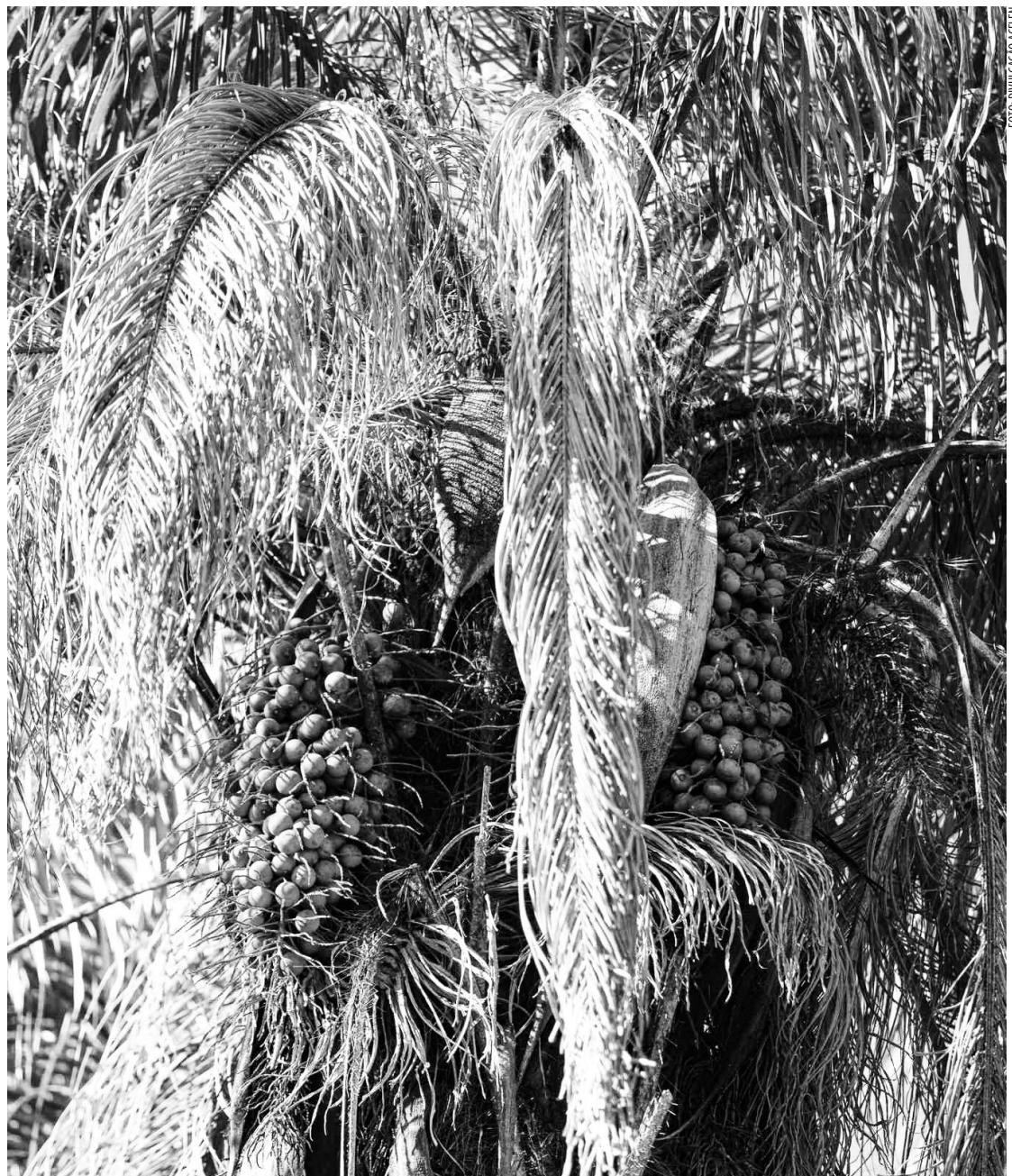


FOTO: DIVULGAÇÃO ACEEN

Gostaria que você falasse mais sobre a logística de todo esse projeto e a respeito da possibilidade de a Petrobras entrar no negócio.

Sobre a Petrobras, ela realmente mostrou interesse em entrar no projeto, mas até agora não há nada firme que possa ser anunciado. Por enquanto, é só uma intenção.

Com relação à logística, há duas importantes possibilidades. A primeira é o fruto sair da fazenda e chegar à esmagadora. Daí vem o conceito de ter cinco esmagadoras em regiões diferentes, cada uma delas sendo responsável por uma área de 30 mil a 50 mil hectares. Então, você colhe a macaúba, o fruto, levando até uma dessas esmagadoras e, ao final, só transporta o óleo até a biorrefinaria de Mataripe. Tudo isso se dará, provavelmente, por via rodoviária. Se existir a ferrovia Salvador-Feira de Santana, isso gera um fluxo adicional. Da mesma forma, com a conclusão da FIOL, com essa questão resolvida, você terá cargas do Norte de Minas Gerais e de outras regiões do Sul da Bahia que sejam potencialmente viáveis e que venham a participar do projeto. Essas ferrovias existindo, melhora muito toda a logística quanto à macaúba.

A geração de empregos previstos pela Acelen, nesse módulo, é de, entre diretos e indiretos, cerca de 85 mil.

Já a logística da produção de UCO, essa tem duas fontes de origem: o mercado interno e a importação. Sobre importação, já temos contratos sendo negociados. No mercado interno, estamos dimensionando a realidade com players que têm algum acesso à última milha do resíduo a ser recolhido. Ainda não podemos falar muito sobre isso, tudo está em negociação, mas adianto que será uma combinação também, uma colaboração com outras empresas. E isso só nos mostra como são cadeias diferentes. Quando se compara a produção fóssil com a produção renovável, a coisa da cadeia longa da renovável logo se mostra. A gente tem de produzir o combustível que vai gerar e tem de transportar tudo de formas mais complexas do que no caso do combustível fóssil. Há uma coisa a dizer sobre isso: o que pode parecer ruim, na minha opinião, é muito bom. Isso porque a cadeia longa gera uma dimensão econômica na qual cabem benefícios para mais gente do que no caso do combustível fóssil. A geração de empregos previstos pela Acelen, nesse módulo, entre diretos e indiretos, é de cerca de 85 mil. É um volume muito significativo exatamente devido à cadeia produtiva longa.

Na macaúba, é possível algum aproveitamento do palmito para colheita, para alimentação?

Hoje a macaúba já tem algum aproveitamento nesse sentido. Como tem o azeite de dendê, tem o óleo da



macaúba. No nosso processo, porém, vamos extrair da planta o máximo possível de seu óleo. Sobre o palmito, ele teria de ser retirado da árvore e a gente precisa da planta em pé e produzindo frutos. Então, para os nossos objetivos, não há como pensar em retirar o palmito. Mas do fruto não sobra nada, pode-se aproveitar tudo.

O fruto da macaúba é um coquinho e sua casca é grossa, podendo ser usada como biochar (matéria orgânica), que é carbono puro que, por exemplo, caso se use como fertilizante, retorna para o solo, essa é uma de suas aplicações nobres. Esse biochar pode ser usado também como energético para caldeiras de siderúrgicas e já existem estudos sobre isso. É uma alternativa interessante, menos nobre do que você capturar o carbono e devolver ao solo como fertilizante positivo no tangente ao impacto de carbono. Já a polpa, chamada endocarpo, gera uma fibra que pode ser usada na alimentação animal: espreme-se a polpa, tira-se o óleo e o que sobra é esse material fibroso e muito bom para a alimentação animal. A amêndoia gera um óleo específico que tem valor de mercado melhor do que o combustível, podendo ser usado na indústria de cosméticos. A farinha dessa amêndoia é um proteico de 40%. Então, como disse, do fruto da macaúba aproveita-se tudo. Serão, todos, coprodutos da nossa produção de biocombustível. Nossa foco é no biocombustível. E, com as esmagadoras funcionando, além dos benefícios econômicos e geração de empregos, acreditamos que também surgirão alternativas para novas cadeias produtivas regionais com os resíduos. É aqui que entram startups, que entra o Cimatec, para que sejam desenvolvidos produtos com esses resíduos.

[...] do fruto da macaúba aproveita-se tudo.”

O coco de catarro

FOTO: DIVULGAÇÃO



Nelson Cadena
Escritor e Jornalista

Quando Pedro Álvares Cabral “achou” o Brasil, em 21 de abril de 1500, após uma longa viagem — algumas semanas além do previsto —, imaginou ter chegado às Índias, conforme o plano de viagem. Se deram errado a cronologia e o destino, foi porque as naus ficaram sem combustível no meio do mar. Naqueles idos, o combustível das embarcações de grande porte era o vento e, como faltou, algumas semanas de calmaria deixaram os barcos praticamente estacionados. O imprevisto, além de atrasar a viagem, embaralhou ainda mais os instrumentos de navegação — já bastante imprecisos — que deveriam apontar o caminho das Índias.

Meio século depois, Thomé de Souza teve mais sorte. Com ventos favoráveis, chegou à Bahia antes do previsto para fundar a cidade que seria a cabeça do Brasil. Nenhum dos dois — nem Cabral nem Thomé — conheceu a macaúba, a palmeira que o povo batizou, com imaginação e humor, de “coco de catarro”. O apelido veio da gosma que o fruto deixa nos dentes de quem o mastiga, lembrando o tal catarro.

A alcunha já corria solta desde a segunda metade do século XIX. Há quem diga que nasceu no Paraguai, na região de Horqueta, onde a macaúba era abundante. Em 1885, o *Jornal do Agricultor* elogiava o fruto: “Quer a massa, quer o caroço, quer a amêndoas, é comestível”, dizia a publicação, e relatava o aproveitamento das fibras resistentes em uma fábrica de Charles Bovel, em Bruxelas. O município mineiro de Inhaúma era um dos principais fornecedores da matéria-prima.

[...] a macaúba, a palmeira que o povo batizou, com imaginação e humor, de ‘coco de catarro’. O apelido veio da gosma que o fruto deixa nos dentes de quem o mastiga, lembrando o tal catarro.”

“Em 1885, o Jornal do Agricultor elogiava o fruto [...] e relatava o aproveitamento das fibras resistentes em uma fábrica de Charles Bovel, em Bruxelas.”

Dois anos depois, a *Revista Trimestral do Instituto do Ceará* registrava que o fruto “fornecia óleos com aplicação culinária”. Faltava apenas alguém perceber que dali também poderia sair combustível — mas ninguém pensava nisso, porque automóveis ainda não existiam no país, os primeiros chegaram no início do século XX. E os trens a vapor da época tinham suas caldeiras alimentadas por carvão e madeira.

Embora houvesse registros da macaúba em várias regiões do Brasil, era em Minas Gerais e na Amazônia que a palmeira crescia em grandes extensões. Talvez por isso a Acelen tenha escolhido Minas para implantar um projeto ambicioso: cultivar 180 mil hectares de macaúba com o objetivo de produzir um bilhão de litros de diesel renovável — o chamado diesel verde — por ano.

A ideia de aproveitar a planta não é nova. Na década de 1940, já se pensava em usar a casca da macaúba na nascente indústria siderúrgica brasileira. Cogitou-se até um serviço de caminhões a gasogênio — aquele combustível improvisado em tempos de guerra — para levar a matéria-prima de Belo Horizonte a Uberaba, rumo à Companhia Siderúrgica Nacional. O plano, contudo, não vingou. O mundo conheceu a macaúba pelas pranchas de Von Martius, na monumental *Flora Brasiliensis*, de 1824. Porém, suas propriedades oleaginosas só se tornaram objeto de estudo científico no Brasil a partir da década de 1970, graças à Embrapa. Cinco séculos depois de Cabral, o “coco de catarro” pode, enfim, virar biocombustível, no contexto de uma cadeia produtiva sustentável. E ao contrário das naus cabralinas, com um impulso de ventos favoráveis de investimento e tecnologia.

5 ideias
já se tornaram
projetos de lei.
A próxima
pode ser a sua.

Você
sugere,
a ALBA
realiza.

Cada ideia tem o poder de transformar. E agora, essa transformação está ao seu alcance. Através do programa **O Cidadão e o Parlamento**, a Assembleia Legislativa da Bahia criou um canal direto para que qualquer cidadão envie suas sugestões de temas que podem se tornar leis.



É SIMPLES E RÁPIDO MANDAR A SUA IDEIA.

Acesse o site
www.al.ba.gov.br/ouvidoria

Clique em
“OUVIDORIA”

Escolha
“O CIDADÃO E O PARLAMENTO”

Preencha o formulário
e envie

FIRME NO
TRABALHO.
PRESENTE NO
CUIDADO.

 **ALBA**
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA

Especial RETROSPECTIVA 2025ABI

Há 95 anos, em meio a tempos desafiadores, jornalistas se reuniram para fortalecer a democracia e afirmar o valor da informação. Desde então, a Associação Bahiana de Imprensa acompanha, registra e participa ativamente das transformações sociais, políticas e econômicas da Bahia e do Brasil. Em 2025, essa história ganhou novos capítulos, marcados por debates, cultura, renovação institucional e compromisso com o futuro. Nas páginas a seguir, revisitamos os principais momentos de um ano intenso, plural e simbólico para a ABI.

#CirculeUmLivro

Em março, a Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ) e a Associação Baiana das Empresas de Base Florestal (ABAf) iniciaram a 4ª edição do projeto #CirculeUmLivro, que tem a ABI como um dos pontos de coleta em Salvador. Dezenas de instituições receberam doações de títulos de diferentes gêneros no âmbito da campanha. Uma delas foi a Biblioteca do Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá.



FOTO: CAIO VALENTE

ABI 95+5

A ABI promoveu conferências mensais para comemorar seu aniversário e projetar o futuro. Entre os meses de março e outubro, a Associação debateu temas estratégicos para o desenvolvimento do estado, incentivando coberturas jornalísticas responsáveis e qualificadas.

A primeira conferência evidenciou a preocupação com o patrimônio cultural do Centro Histórico de Salvador, ao receber o superintendente regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN/Bahia, Hermano Guanais, que defendeu a conjugação de esforços para preservar a região.

Depois, foi a vez do tema *Economia do Mar*, com palestra ministrada por Eduardo Athayde, diretor do Worldwatch Institute (WWI). O encontro aproximou a imprensa baiana da realidade do setor econômico ligado à vasta área marítima brasileira, conhecida como Amazônia Azul.

No mês de maio, o economista, vereador e intelectual Silvio Humberto promoveu um mergulho nas camadas profundas do Brasil pós-abolição – ou, como prefere nomear, do “14 de maio” –, revelando as estratégias silenciosas que sustentaram o racismo estrutural no país.

Em julho, a conferência do secretário estadual de Turismo, Maurício Bacelar, analisou as oportunidades do São João na Bahia em termos econômicos e sociais. O papel estratégico da *Logística e Infraestrutura* no desenvolvimento da Bahia e do Brasil foi o tema da conferência de agosto, com Antônio Alberto Valença, assessor especial da Secretaria do Planejamento da Bahia (SEPLAN), e Humberto Rangel, diretor executivo do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (SINICON).

O executivo Marcelo Lyra, vice-presidente de Comunicação, ESG e Relações Institucionais da Acelen, encerrou, em outubro, o Ciclo ABI 95+5, conferência detalhada nas páginas desta edição.



FOTO: JOSEANNIE GUEDES



FOTO: JOSEANNIE GUEDES

ArrastaPress

Do palco do Auditório Samuel Celestino, no terraço da ABI, o jornalista Ernesto Marques, então presidente da instituição, anunciou “Gel Barbosa!”. E só se ouviu a sanfona, o triângulo e a zabumba chegando pelo corredor. A mesa de debates se tornou uma festança junina no primeiro *ArrastaPress* da ABI. Assim foi o lançamento da 8ª edição da *Revista Memória da Imprensa*, realizado em julho.



FOTO: MARINA SILVA



FOTO: MARINA SILVA

Eleições ABI

Um dos momentos mais marcantes foi a eleição da nova diretoria, no dia 10 de setembro. Pela primeira vez em 95 anos, a entidade tem uma mulher na presidência: a jornalista e empresária Suely Temporal, eleita com a chapa ABI Plural para o triênio 2025-2028. Em clima de emoção e simbolismo, a posse reuniu autoridades, comunicadores e representantes de diversas instituições baianas.



FOTO: MARINA SILVA



FOTO: MARINA SILVA

Reconhecimento

A ABI marcou 2025 com uma atuação de destaque no apoio e na construção de iniciativas que valorizam o jornalismo na Bahia. Além de participar do júri e do reconhecimento de trabalhos no 15º Prêmio Fieb Indústria Baiana Sustentável, no 12º Prêmio Sebrae de Jornalismo e na 5ª edição do Prêmio Abapa de Jornalismo, a ABI teve papel essencial na elaboração do edital do Prêmio Bahia Faz Ciência de Jornalismo, criado em parceria com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) para reconhecer produções sobre ciência, tecnologia e inovação.



FOTO: EDUARDO TITO



FOTO: ASCOM ABAPA

Série Lunar

FOTO: PAULA FROES



FOTO: PAULA FROES



A Série Lunar reafirmou o Auditório Samuel Celestino como um território de encontros musicais, afeto e reflexão. Em parceria com a Escola de Música da UFBA (EMUS), a ABI reuniu diferentes formações, gerações e linguagens, compondo um mosaico sonoro que atravessou o ano com sensibilidade e vigor criativo. O concerto do Núcleo de Choro da UFBA iniciou a temporada reverenciando o passado e o futuro do ritmo. O grupo apresentou um repertório que uniu clássicos a composições autorais.

Em maio, o violonista Vladimir Bomfim fez sua estreia na Série Lunar com um recital intimista, conduzindo o público por uma viagem sonora à sua juventude no Centro Histórico de Salvador.

O mês dos namorados foi agraciado pelo concerto especial *Noite do Amor*, no qual casais de músicos dividiram o palco em duetos cheios de sintonia e emoção: Gabriela Machado & Celso Benedito; Alexandre Casado & Larissa Martins; Lília Falcão & Paulo Novais; Leandro Tigrão & Jéssica Albuquerque; e Tota Portela & Teca Gondim.

Novembro teve duas edições: o concerto *Trio Cristalinas - Sons da música brasileira*, de Suzana Kato, Jana Vasconcelos e Gabriela Machado, que colocaram em evidência a produção feminina na música instrumental; e o recital do Quinteto de Sopros da UFBA, que transformou o Auditório Samuel Celestino em um espaço de escuta sensível, conhecimento e imaginação coletiva.

O encerramento da temporada veio com o recital do renomado violonista Mario Ulloa. Ele se apresentou pela primeira vez em Salvador com um violão de sete cordas, revelando novas possibilidades sonoras em seu percurso artístico.

Imprensa antirracista

Entre as ações que reforçam a representatividade negra na imprensa baiana, a ABI firmou parceria com a Coalizão da 46ª Marcha da Consciência Negra Zumbi-Dandara dos Palmares e com a Coordenação de Entidades Negras (CONEN) e assessorou o evento realizado em Salvador no dia 20 de novembro. Uma forte chuva interrompeu a caminhada, mas não apagou o espírito de resistência que marca este importante ato político-cultural. Militantes, movimentos sociais, jornalistas, lideranças políticas participaram do ato.

FOTO: JOSEANE GUEDES



FOTO: PABLO COUSA



FOTO: CLEBER SANDES



Feliz 2026

FOTO: JOSEANE GUEDES



FOTO: ABI



O ano da ABI foi encerrado com reunião, confraternização e solidariedade. A entidade doou cestas básicas à Irmandade do Santuário do Senhor do Bonfim da Bahia, para beneficiar dezenas de famílias atendidas pelo projeto Bom Samaritano. Que 2026 seja repleto de boas notícias, encontros significativos e novos caminhos a serem construídos juntos.

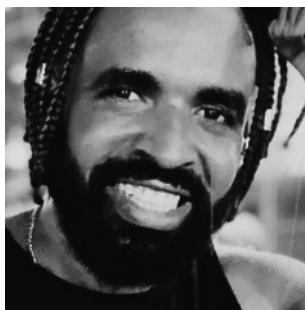
Blog das vidas

Em memória

Uma homenagem da ABI aos jornalistas que dedicaram suas vidas ao jornalismo e deixaram um legado que atravessa o tempo.



Bruno Queiroz



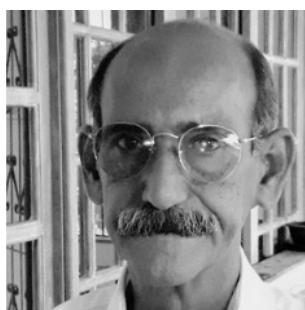
Nilton Lopes Filho



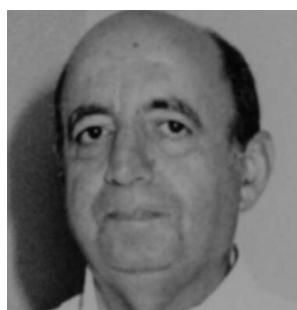
Kardé Mourão



Wanda Chase



Antônio Saturnino



Carlos Alberto González



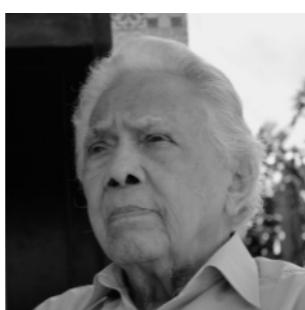
Antenor Pereira



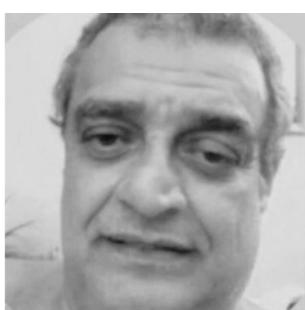
Carlos Makalé



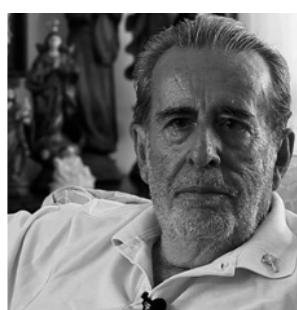
Anízio Carvalho



Manoel Canário



José Carlos Medeiros



Carlos Libório

*A gente sabe
o valor de quem*

Empreende



www.sebrae.com.br **0800 570 0800**

@SebraeBahia

SEBRAE



**O ANO MUDA.
A MISSÃO PERMANECE.**

A ABI não atravessa o tempo sozinha.
Ela caminha com quem acredita no
futuro da comunicação.

Em 2026, seguimos juntos.



Associação
Bahiana de
Imprensa

95 ANOS